



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME
SECRETARIA-EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

Em conformidade com Art. 19. Do Decreto N° 10.829, de 05 de outubro de 2021.

INFORMAÇÕES PESSOAIS

Nome: Gismália Luiza Passos Trabuco

Cargo efetivo: Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Cargo comissionado: Diretora de Programa

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso: Doutorado em Ciências Sociais

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Conclusão: 2022

Curso: Mestrado em Ciências Sociais

Instituição: Universidade Federal da Bahia

Conclusão: 2008

Currículo no Lattes (link): Currículo do Sistema de [Currículos Lattes](#) (Luiza Trabuco)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Empresa/Órgão: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Cargo: Secretária Extraordinária de Combate à Fome

Período: Maio de 2025 até Agosto de 2025

Descrição: coordenação das políticas de combate à fome e da gestão do Sisan.

Empresa/Órgão: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Cargo: Diretora de Programa e Coordenadora-Geral

Período: Fevereiro de 2023 até Abril de 2024

Descrição: Responsável por coordenar a gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a elaboração e gestão do Plano Brasil Sem Fome e do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Empresa/Órgão: Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio de Janeiro

Cargo: Assessora de Planejamento Orçamentário

Período: agosto de 2022 a fevereiro de 2023

Descrição: Responsável por coordenar a elaboração e o monitoramento da execução dos instrumentos de planejamento da Secretaria Estadual de Saúde (PPA, LDO e LOA);

Empresa/Órgão: Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado do Rio de Janeiro

Cargo: Superintendente de Segurança Alimentar e Nutricional

Período: agosto de 2018 a outubro de 2021

Descrição: Responsável por coordenar a gestão do Sisan no estado e a implementação de programas de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, café do trabalhador, RJ Alimenta, entre outros).

Empresa/Órgão: Casa Civil do Governo da Bahia

Cargo: Secretária Executiva da Caisan Estadual

Período: outubro de 2011 a fevereiro de 2013

Descrição: Responsável por coordenar a gestão do Sisan no estado e pela elaboração do I Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional da Bahia

Empresa/Órgão: Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza da Bahia

Cargo: Coordenadora de Segurança Alimentar e Nutricional

Período: janeiro de 2007 a outubro de 2011

Descrição: Responsável por coordenar a implementação de programas de Segurança Alimentar e Nutricional (PAA, cisternas, Nossa Sopa, Educação Alimentar e Nutricional, Programa Leite Fome Zero, Agricultura Urbana e Periurbana, dentre outros)

REQUISITOS LEGAIS/OBRIGATÓRIOS (DECRETO 10.829) (marcar todas as opções em que se enquadrar)

☒ Não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

☒ Experiência profissional de, no mínimo, seis anos em atividades correlatas às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições e às competências do cargo ou da função;

☒ Ter ocupado cargo em comissão ou função de confiança equivalente a CCE de nível 13 ou superior em qualquer Poder, inclusive na administração pública indireta, de qualquer ente federativo por, no mínimo, seis anos;

☒ Possuir título de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou da entidade ou em áreas relacionadas às atribuições do cargo ou da função.

☐ Ter realizado ações de desenvolvimento de liderança, estabelecidas pelo Ministério da economia, com carga horária mínima de cento e vinte horas.

☐ Enquadra-se na hipótese prevista pelo art. 21º do Decreto 10.829

Dispensa excepcional dos critérios

Art. 21. Os critérios de que tratam os art. 16 a art. 19 poderão ser dispensados, justificadamente, pelo Ministro de Estado titular do órgão ou da entidade vinculada em que estiver alocado o CCE ou a FCE, de forma a demonstrar a conveniência de dispensá-los em razão de peculiaridades do cargo ou do número limitado de postulantes para a vaga.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida:

I - no âmbito do Banco Central do Brasil, pelo Presidente do Banco Central do Brasil; e

II - no âmbito dos órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República cujo titular não seja Ministro de Estado, pela autoridade máxima do órgão.